



**4ª. COMISSÃO PERMANENTE DE AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA**

**8ª. COMISSÃO PERMANENTE DE MOBILIDADE E SEGURANÇA**

**Reunião do dia 12 de Dezembro/16**

**Parecer da**

**Petição nº 11/2016** – “ *Excesso de Ruído na rua Conde de Almoester.*”

**e da**

**Petição nº 18/2016** – “ *Estacionamento na rua Conde de Almoester.*”

**Aprovado ----- por Unanimidade**

**Presidente e Relatora (4ª CP)----- Deputada Sofia Cordeiro**

**Presidente (8ª CP)----- Deputado José Maximiano Leitão**

Proc. \_\_\_\_\_  
ENT 3641/SG/DAOSM/GAAM/16  
DATA 12/12/16  
Ana Fernandes



#### 4.ª Comissão Municipal Permanente de Ambiente e Qualidade de Vida

#### 8.ª Comissão Municipal Permanente de Mobilidade e Segurança

### Parecer das Petições nº 11 e 18/2016

#### I. NOTA INTRODUTÓRIA

Deu entrada na Assembleia Municipal de Lisboa a 30 de abril de 2016, um abaixo assinado subscrito por 64 cidadãos, que foi classificado como petição a 8 de junho do mesmo ano (Petição n.º 11/2016 – Excesso de Ruído na Rua Conde de Almoester), tendo baixado à 4ª comissão para apreciação e elaboração de relatório.

Posteriormente, a 7 de outubro de 2016, deu entrada uma petição subscrita por 250 peticionários, com o mesmo primeiro subscritor, José Augusto Ribeiro Sevinate de Sousa que, por tratar da mesma zona e de matéria conexa, baixou à 4ª e 8ª Comissões para apreciação conjunta e emissão de relatório (Petição n.º 18/2016 – Estacionamento na Rua Conde de Almoester).

Por despacho da Sra. Presidente da AML, as duas petições foram analisadas em conjunto, sendo este parecer o resultado desse trabalho.

Apesar de o número de signatários da Petição nº 11/2016 não ser suficiente para que a mesma suba a plenário, de acordo com o ponto 7 do artigo 85º do Regimento, que define um mínimo de 250 assinaturas para que uma petição seja inscrita na “Ordem do Dia” de uma sessão da Assembleia Municipal, consideraram as comissões que a apreciação da mesma deveria resultar em recomendações à CML que apresentamos neste documento para discussão em plenário.

## II. CONSIDERANDOS

### **Audições dos peticionários da Petição n.º 11/2016 – Excesso de ruído na Rua Conde Almoester**

Os peticionários apresentaram as suas pretensões como uma questão já antiga que não tem tido a atenção necessária apesar de se ter vindo a agravar.

A Rua Conde Almoester acompanha a Linha de Sintra entre Sete Rios e até à Rua Carolina Michaelis, que se prolonga depois até à estação de Benfica. Pela sua localização, tem várias fontes de ruído que afetam os moradores, o ruído rodoviário proveniente da própria Rua Carolina Michaelis, o ruído rodoviário proveniente da Radial de Benfica e o ruído ferroviário proveniente da Linha de Sintra.

Afirmam que o problema do ruído se tem agravado ao longo dos anos, com o aumento de faixas de rodagem na Rua Conde Almoester (de 2 para 4), a criação da Radial de Benfica que introduziu mais 6 faixas de rodagem na proximidade e numa cota superior, com velocidade máxima de 80km/h, sem barreiras acústicas ou arborização que minimize o ruído, bem como com o aumento de capacidade da Linha de Sintra. Solicitam que sejam abordadas estas diferentes fontes de ruído no sentido de mitigar os problemas que ele provoca nomeadamente na saúde com uma intervenção de fundo que contemple as várias fontes de ruído. Vêem como evidente a colocação de barreiras acústicas à semelhança do que já acontece com outras zonas da via, nomeadamente no troço em que se transforma na Rua Carolina Michaelis.

### **Audição da Infraestruturas de Portugal**

No dia 21 de setembro de 2016 foram ouvidos pela 4.ª Comissão os responsáveis da Infraestruturas de Portugal (IP), Dra. Rosário Rocio, Eng.ª Luísa Vales e Eng.º José Diogo de Vasconcelos Ribeiro.

Em relação às questões de ruído em geral, esclareceram que procuram atuar na redução do ruído na sua fonte e no caminho de propagação de ruído, apesar da

legislação não estabelecer exatamente quais os responsáveis pela introdução de medidas.

No que diz concretamente respeito à Linha de Sintra, informaram a comissão que a linha foi sujeita a obras de modernização, quadruplicando a capacidade, com bons indicadores de performance. Uma das intervenções mais importantes para o ruído foi a introdução de carris soldados. A linha já foi melhorada até ao limite do que é possível, a única outra intervenção que ainda seria da responsabilidade da IP seria a colocação de barreiras acústicas. Qualquer intervenção, para ser eficaz, necessitaria de uma intervenção paralela no material circulante, da responsabilidade da CP. Consideram que uma intervenção no material circulante será sempre muito mais eficaz, uma vez que as barreiras só protegem até ao 3.º ou 4.º piso dos prédios da Rua Conde Almoester, ao passo que uma atuação no material circulante permitiria uma redução de ruído com efeito para todos os pisos de edifícios e ao longo de toda a linha e não apenas numa zona confinada.

A IP não tem, por estes motivos, calendarizada a colocação de barreiras na Rua Conde Almoester. A IP está consciente das necessidades, mas reserva também as decisões finais para um processo de concertação necessário para a elaboração do seu Plano de Ação do Ruído (PAR) e sua sujeição a consulta pública.

Quando questionados pelos deputados, esclareceram ainda que o ruído ambiente resulta do ruído do rolamento, que é uma interação entre a infraestrutura e material circulante, ou seja, que este ruído tem uma responsabilidade partilhada, garantindo que, no que à infraestrutura diz respeito já intervieram até ao limite do que é possível. Mais informaram que a linha de Sintra é onde circulam as composições mais ruidosas. A Agência Portuguesa do Ambiente (APA) solicitou também um PAR à CP e consideram que este deveria conter alterações ao material circulante, uma vez que são mais eficazes e permitiriam dispensar as barreiras acústicas, otimizando o investimento público. A IP procura, em todo o país, otimizar recursos e fazer estas intervenções de forma planeada. Os diferentes PAR em todo o país representam um investimento do

900M€, mas têm de ser racionalizados para cumprir a legislação de ruído. A linha de Sintra é uma prioridade para a IP, pelo que até ao final do ano de 2017 estão em condições de colocar o PAR em consulta pública. Até lá, informaram que procurarão fazer uma abordagem à CP para coordenar atuações, mas o sucesso/insucesso desta tentativa não deverá atrasar o calendário.

Uma outra alternativa levantada por outros deputados, a redução da velocidade como forma de redução do ruído devido à circulação, foi rejeitada pelos responsáveis da IP uma vez que reduziria significativamente a capacidade da via e consequentemente o nível de serviço.

#### **Audição da CML**

No dia 29 de setembro, a 4ª Comissão ouviu a Câmara Municipal de Lisboa. O Vereador Manuel Salgado fez-se representar pelo Arq.º Paulo Pais, Diretor do Departamento de Planeamento e Reabilitação Urbana.

De acordo com os mapas de ruído da cidade e para elaborar o seu Plano de Ação do Ruído (que diz respeito apenas a infraestruturas rodoviárias), a CML, para as zonas onde havia várias fontes de ruído, contactou a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) para proceder de acordo com a mesma. A APA esclareceu que a CML deveria apenas realizar o PAR para as vias municipais. Não obstante, a CML contactou a IP, então REFER, para que houvesse uma articulação, mas este trabalho não foi possível entre as duas entidades.

O PAR identifica 29 zonas em que o ruído ultrapassa os níveis compatíveis com a legislação e esta zona está sinalizada como a “Zona 29 - Radial de Benfica”.

Para obviar o ruído rodoviário na Radial de Benfica, foram definidas duas medidas, a limitação de velocidade a 80km/h com colocação de radares (solução já implementada), e a repavimentação com pavimento absorvente do ruído (em que o PAR só suportaria o sobrecusto em relação ao pavimento tradicional). A Direção

Municipal de Projetos e Obras não tem ainda prevista a intervenção no pavimento da Radial de Benfica, uma vez que de acordo com a análise custo/benefício, a redução do ruído nesta via com esta medida não teria consequências relevantes sem uma intervenção de fundo no ruído rodoviário que é o grande responsável pelo ruído na zona. De acordo com a análise da CML, a intervenção no material circulante ferroviário seria mais eficaz, facto que foi também confirmado pela IP à CML.

Não está prevista uma intervenção de repavimentação na Rua Conde Almoester porque não foi considerado na análise do PAR que esta fosse uma fonte de ruído relevante, de acordo com a quantificação que determinou quais as situações mais gravosas.

#### **Audição da CP**

No dia 29 de setembro, foi ouvido em comissão o Eng.º Pedro Dias, da Direção Geral de Produção e Negócio da CP.

Começou por informar a comissão de que o material circulante na Linha de Sintra data de 1992 ou 1997 (séries 2300 e 2400, respetivamente) e é inteiramente elétrico. Há algumas composições de outras séries mais antigas mas apenas durante o dia. Todas circulam a uma velocidade máxima de 120km/h, definida pelo responsável pela infraestrutura, a IP.

A CP não tem previsão de aquisição de novo material circulante, uma vez que este ainda está perfeitamente dentro do seu tempo de vida útil. A Linha de Cascais e Linha do Oeste têm material mais antigo, por exemplo.

Não estão previstas nem há capacidade financeira para fazer alterações ao projeto neste material circulante. Informou que cumprem as especificações técnicas de interoperabilidade (Especificação 2006/66/CE, Dec 2011/223/EU, Reg 1304/2014).

Na Linha de Cascais, já fizeram uma alteração profunda ao projeto, com colocação de carenagens (proteção física sobre os rodados que reduz o ruído emitido em consequência do rolamento sobre os carris). Estas alterações ao projeto foram feitas

por vários motivos, nomeadamente o conforto interior das carruagens, com instalação de ar condicionado. Na mesma alteração ao projeto, foram colocadas carenagens que alteram a aerodinâmica e também reduzem significativamente o ruído emitido.

Na Linha de Sintra, a CP é o único operador a passar e consideram que terá de haver um trabalho conjunto com a IP, uma vez que são estas as duas únicas entidades responsáveis pelo ruído ferroviário.

O Eng.<sup>o</sup> Pedro Dias tem conhecimento de que, na linha de Cascais, foi formado um grupo de trabalho com as diferentes entidades (CP, IP, Câmara Municipal de Oeiras) e também com a participação da sociedade civil para trabalhar questões como o ruído.

Em relação à redução de velocidade como forma de redução do ruído, informou que seria sempre possível, mas conduziria necessariamente a uma redução do nível de serviço. Contudo salienta que só fazendo testes é que se poderiam tirar conclusões definitivas. Este trabalho, para o representante da CP, deveria ser feito pela CP, IP e CML para determinar quais os efeitos de cada alteração e decidir qual a que seria mais eficaz.

O legislador especifica que é o gestor da infraestrutura o responsável pelo PAR e a CP considera que é mais simples colocar painéis numa zona particularmente afetada pelo ruído do que alterar 56 carruagens. Dá o exemplo da rodovia: se todos os carros fossem elétricos, não havia tanto ruído rodoviário. No Porto, em que as carruagens são da série 3400 (de 2004), não se verifica tanto ruído. Contudo, na Linha de Sintra, o material cumpre o plano de segurança e a CP garante esse material circulante, que ainda está dentro do seu tempo de vida útil. As alterações ao projeto do mesmo têm de ser validadas e envolver também a infraestrutura, mas não são financeiramente justificáveis neste momento, dado o tempo de circulação que as carruagens têm.

### **Audição dos peticionários da Petição n.º 18/2016 – Estacionamento na Rua Conde Almoster**

No dia 16 de novembro de 2016, foram ouvidos os peticionários, moradores da Rua Conde Almoster. Os peticionários levantaram uma questão muito específica, relativa ao estacionamento ilegal numa reentrância no passeio da Rua Conde Almoster, em que o passeio se torna mais largo. Esta pequena reentrância, entre os n.º 90 e 104, tem vindo desde há muitos anos, a ser usado como estacionamento informal e desordenado, situação que gostariam de ver regularizada, introduzindo estacionamento ordenado e eliminando grande parte do passeio.

No conjunto de apenas 8 prédios (do n.º 90 ao n.º 104), pelo menos uma das torres tem estacionamento subterrâneo que faz parte integrante das frações de habitação.

Não consideram que a zona tenha falta de estacionamento nem consideram necessária introdução de estacionamento exclusivo para moradores através de ordenamento pela EMEL, por exemplo.

Reconhecem que há parques de estacionamento próximos disponíveis em número suficiente, mas gostariam de que neste espaço, que consideram desaproveitado, pudesse ser regulado o estacionamento que já se faz informalmente evitando multas pela atuação da Polícia Municipal, de que já foram alvo várias vezes.

### **Audição do Presidente da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica**

No dia 7 de dezembro de 2016, foi ouvido o Presidente da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, José António Cardoso Alves.

Relativamente às questões de ruído e à petição n.º 11/2016, mostrou-se completamente solidário com os peticionários, tendo aliás impulsionado a apresentação de um abaixo-assinado que deveriam entregar à CML, uma vez que a Junta de Freguesia não teria aqui capacidade de atuação.



Considera que a Rua Conde Almoester é um eixo central na freguesia e na cidade, que deveria por isso ser da responsabilidade da CML. Ao evidente ruído ferroviário, acrescenta como muito relevante a circulação a grande velocidade de veículos automóveis na própria Rua Conde Almoester, fator de ruído, mas também de insegurança.

A Junta de Freguesia não tem nenhum plano ou projeto de reordenamento desta zona e desconhece qualquer plano da CML.

Em relação à Petição n.º 18/2016, considera que as pretensões dos peticionários não têm razão de ser, uma vez que a zona está dotada de um número de lugares de estacionamento suficiente, com um novo parque de estacionamento no final da rua (que esteve vazio e foi muito pouco usado até há pouco tempo), bem como um outro parque um pouco antes, junto à Pastelaria Conchita. Assim, estes moradores dispõem de parques ordenados muito perto da sua habitação, sendo o estacionamento ilegal em cima do passeio, à porta dos seus prédios, desnecessário e apenas compreensível pelo hábito e algum “comodismo”. Foram criados na freguesia um total de 1040 novos lugares de estacionamento e serão ainda disponibilizados mais cerca de 20 junto ao Mercado de São Domingos de Benfica. Há lugar para aumentar o número de lugares juntos dos prédios que deram origem a esta petição, mas não há grande razão de ser, considerando os parques disponíveis já referidos. Acresce que esta reentrância formada por passeio junto a estes prédios faz parte do Plano de Emergência da Proteção Civil na freguesia, pelo que a manutenção deste espaço livre e sem estacionamento ilegal é fundamental para situações de emergência.

### **III. OPINIÃO DAS FORÇAS POLÍTICAS E DO RELATOR**

As forças políticas representadas nas 4.ª e 8.ª Comissões Permanentes - Comissão de Ambiente e Qualidade de Vida e Comissão de Mobilidade e Segurança e bem assim, a Deputada Municipal Relatora, reservam as suas opiniões e o seu sentido de voto para

o Plenário da Assembleia Municipal, onde seja debatido o presente Parecer e votadas as recomendações nele contidas.

#### IV. CONCLUSÕES

O ruído a que estão sujeitos os moradores da Rua Conde Almoester provém de pelo menos 3 fontes distintas, 1) o tráfego rodoviário na Rua Conde Almoester que acontece a velocidades excessivas na maior parte das horas do dia, 2) o tráfego ferroviário na Linha de Sintra que acompanha paralelamente toda esta rua e 3) o tráfego rodoviário na Radial de Benfica.

Das audições efetuadas, resultou a conclusão de que, apesar de já terem sido introduzidas medidas de mitigação do ruído, há ainda muito a fazer para melhorar a qualidade de vida dos residentes.

Por outro lado, conclui-se que há uma desarticulação generalizada entre as entidades que têm como responsabilidade legal o planeamento e execução de Planos de Ação de Ruído para esta zona, não existindo qualquer tentativa séria de coordenar as atuações por forma a otimizar recursos e o necessário investimento financeiro de todos. Apesar do legislador definir como responsável pelo PAR o gestor da infraestrutura, neste caso a CML e a IP, é fundamental a participação da CP como responsável pelo material circulante na linha de Sintra, principal fonte de ruído nesta zona.

Além da questão mais premente do ruído ferroviário, ficou patente que, independentemente do efeito maior ou menor que tenha no ruído total a que estão sujeitos os moradores, a circulação automóvel na Rua Conde Almoester é responsável por ruído e por situações de insegurança para os peões pela elevada velocidade a que acontece, reduzindo consideravelmente a qualidade de vida nesta zona.

Em relação às questões de estacionamento colocadas por moradores, concluem as comissões que as mesmas não se justificam dada a disponibilidade de estacionamento nas proximidades e apenas se compreendem por se tratar de um hábito de décadas,

perpetuado pelos moradores, que criou uma errada sensação de normalidade/legalidade. Acrescendo a importância do espaço referido no Plano de Emergência da Proteção Civil para a freguesia, não consideraram as comissões que as pretensões dos peticionários devam ser atendidas tal como são apresentadas, o que não impede o aprofundamento do diálogo entre os Peticionários e a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, no sentido de serem prestados todos os esclarecimentos e encontradas as melhores soluções para a Freguesia.

## V. RECOMENDAÇÕES À CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Face ao exposto, a 4.ª e 8.ª Comissões Permanentes recomendam à CML que:

- 1) Promova um grupo de trabalho em que participem a CML, CP, IP e Junta de Freguesia, para encontrarem soluções de forma articulada para reduzir de forma efetiva os níveis de ruído a que estão sujeitos os moradores da Rua Conde Almoester. Uma vez que o ruído é, neste local em particular, uma questão complexa e com origens e causas mistas, o referido grupo de trabalho deve trabalhar de forma concertada e proceder aos testes necessários para encontrar as opções tecnicamente mais eficazes para o conforto dos moradores, nomeadamente combinando atuações nas diferentes frentes, desde a infraestrutura ferroviária (como a introdução de barreiras acústicas), ao material circulante na linha ferroviária (estudo financeiro de alteração ao projeto das carruagens), e às vias rodoviárias (medidas de redução de velocidade de circulação, introdução de arborização como barreira acústica, etc.). Estas atuações e o seu efeito cruzado devem ser estudados em conjunto por todas as entidades envolvidas, independentemente da responsabilidade direta de cada uma;
- 2) Antes ou no decurso dos trabalhos deste grupo de trabalho, a CML exerça a sua influência no âmbito das relações institucionais com a CP e IP para que esta zona seja alvo de um trabalho de pormenor, pela elevada concentração de

habitação, independentemente do trabalho que já está a ser feito que abrange de forma macro esta via, nomeadamente insistindo na solução das barreiras acústicas que parecem ser a solução mais imediata dentro das possibilidades que foram apresentadas a esta comissão;

- 3) Introduza medidas para garantir o cumprimento da velocidade máxima na Radial de Benfica, como maior fiscalização e manutenção em funcionamento dos radares;
- 4) Estude, em conjunto com a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, alterações na Rua Conde Almoester que proporcionem aos moradores uma melhor qualidade de vida, nomeadamente no que ao ruído e segurança diz respeito e que devem assegurar os objectivos de: a) Redução da velocidade da circulação automóvel; b) Segurança dos peões; c) Introdução de barreiras acústicas com arborização.

Este Parecer foi aprovado por unanimidade das forças políticas presentes nas Comissões.

Lisboa, 12 de dezembro de 2016



Sofia Cordeiro

Deputada relatora e

Presidente da 4.ª Comissão Municipal  
Permanente de Ambiente e Qualidade  
de Vida



José Maximiniano Leitão

Presidente da 8.ª Comissão Municipal  
Permanente de Mobilidade e Segurança